

DESLOCAMENTOS DE POLITIZAÇÃO NO DISCURSO: UM OLHAR SEMIÓTICO SOBRE A MULHER NA POLÍTICA

Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida Lima*
UEG

Resumo: *Este artigo objetiva analisar, entre os “lugares” do discurso político, gênero feminino e mídia, o movimento de construção enunciativa da identidade da mulher política no Brasil. Neste sentido, analisa-se uma matéria sobre Manuela D’Ávila, à época, deputada federal do Rio Grande do Sul, veiculada na revista Isto É, que apresenta, segundo as relações desiguais entre os gêneros, como o poder opera na produção midiática da identidade feminina. Busca-se, assim, perscrutar o discurso político feminino, em uma perspectiva semiótica, observando algumas interdições e permissões da mídia, ao caracterizar a mulher na política. Interpretar esses enunciados é depreender, também, como o discurso pode ser visto sob o efeito da representação do feminino que atravessa fronteiras e redefine cronologias em função da experiência histórica da mulher na política.*

Abstract: *This article aims to analyze, among the "places" political discourse, feminine gender and the media, the enunciative construction movement of identity of political women in Brazil. In this sense, an article is analyzed about Manuela D'Avila, at that time federal deputy of Rio Grande do Sul, published in the magazine Isto É, which presents, according to the unequal relations between genders, how power operates in the media production of identity feminine. It seeks, therefore, to peer the feminine political discourse, in a semiotic perspective, observing some prohibitions and permissions of the media, when characterizing the woman in the politics. To interpret these statements is also to show how the discourse can be seen under the effect of the representation of the feminine that crosses borders and redefines chronologies according to the historical experience of women in politics.*

1. Introdução

Refletir sobre as práticas sociais da atualidade traduz um dos mais relevantes objetivos dos estudos linguísticos, em que linguagem e ação se inter-relacionam na construção do sentido. Embasado nesta asserção, este artigo discorre sobre o lugar da mulher na política na ordem material do discurso midiático em uma perspectiva semiótica.

O espaço político tem denunciado a baixa participação da mulher nas campanhas eleitorais brasileiras, o que é um contrassenso, pelo fato de a população feminina representar mais de 50% da população do Brasil. Efetivamente são poucas as mulheres que se candidatam e que são eleitas nos pleitos nacionais. Os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)¹ registraram que, nas eleições de 2014, dos 513 deputados federais eleitos no dia 5 de outubro, 51 são mulheres, o que significa um aumento de 13,33% na bancada feminina na Câmara dos Deputados na legislatura vigente. Esse número cresceu, ainda que timidamente, em relação às 45 mulheres eleitas em 2010 para o devido cargo.

Nas eleições de 2014, o número de candidatas que disputaram o cargo chegou a 1.765, contra 935 em 2010, o que corresponde a um aumento de 88,77%. Em 2017, o TSE publicou o quadro de ocupação de cargos políticos por mulheres com os seguintes percentuais: 13.51% de vereadoras, 11.33% de deputadas estaduais e distrital, 9.94% de deputadas federais e 14.81% de senadoras. Com esses números, o Brasil está em último lugar no continente americano, ocupando atualmente a 161^a posição no *ranking* mundial de 186 países com representatividade de mulheres no poder executivo. Em 2018, segundo o TSE², foram eleitas 7 senadoras, parte que equivale a 13% de presença no Senado, 77 deputadas federais que correspondem a 15% de mulheres na Câmara e 161 deputadas estaduais, cujo percentual também representa apenas 15% nas Assembleias estaduais. Essa estatística denuncia um número desproporcional, considerando que as mulheres constituem 52% do eleitorado brasileiro.

Sobre essa realidade, Lipovetsky (2000, p. 266) discute a persistente exclusão das mulheres das esferas dirigentes e acrescenta que certo racionalismo progressista convida a não ver nesse fenômeno mais que um arcaísmo destinado a ser eliminado pouco a pouco, sob a pressão das forças da modernidade: o poder, a exemplo de outros domínios, estaria fadado inexoravelmente a deixar de ser apanágio de

um único sexo. As perguntas a respeito da pequena participação feminina na política, à medida que denunciam certa marginalidade da mulher neste campo, suscitam várias possibilidades de pesquisa.

É percorrendo os enunciados que emanam desse fato que o presente trabalho vai realizar uma análise semiótica sobre a constituição da subjetividade da mulher política no discurso midiático. O discurso sobre mulheres políticas marcaria um espaço social que deveria distanciar, substancialmente, a mulher dos espaços estético, religioso e doméstico, que lhe atribuem os papéis de mãe, de esposa, de educadora e outros mais. Entretanto, o discurso midiático sobre mulheres políticas insiste em remontar a esses espaços, em retomá-los na cena que, ideologicamente, engendra a cultura de massa em um possível movimento de “distanciamento” dos sentidos remissivos ao conteúdo temático da política. É um discurso que insiste em flertar com os tantos cultos que ainda tentam caracterizar naturalmente a mulher enquanto intrusa em um lugar político predominantemente masculino.

Inserido em uma arena de discursos díspares, o discurso da mulher fica dividido entre as práticas que marcam o espaço político, aquele que deflagra geralmente interesses “permanentemente masculinos”, e as práticas que marcam o espaço doméstico caracterizado como “naturalmente feminino”. Trata-se de uma cinesia, em que as identidades vão sendo construídas a partir de desigualdades estruturais que circulam nos diferentes lugares ainda atribuídos aos homens e às mulheres e que regulamentam sua existência.

Perscrutar o discurso sobre mulheres políticas veiculados na esfera midiática é observar alguns valores que emergem e são disseminados sobre a “insólita” presença da mulher nos campos político e midiático em temas que se concretizam em diferentes construções enunciativas e percursos figurativos.

Para este trabalho, a semiótica de linha francesa contribui, a partir do percurso gerativo de sentido, para o exame do texto em seu nível de organização discursiva e na compreensão dos efeitos de sentidos encontrados no discurso midiático. Serviram de base, para o devido estudo, as leituras de Greimas (1975, 1976a, 1976b), Courtés (1979), Barros (2003), Cortina (2004), Fiorin (2004a, 2004b), acompanhadas das contribuições de Foucault (2004a, 2004b), Perrot (2007), Bauman (2005), entre outros estudiosos que, ante as limitações deste artigo,

foram relevantes para se lançar um olhar, segundo as permissões e interdições discursivas da mídia, sobre a identidade feminina na política brasileira.

Analisa-se, neste sentido, uma matéria sobre uma deputada federal, veiculada na mídia impressa, que apresenta, segundo as relações desiguais entre os gêneros, como o poder opera na produção da identidade feminina. Interpretar esse discurso é entender, também, que a linguagem pode ser vista sob o efeito da representação do feminino, atravessando fronteiras e redefinindo cronologias em função da experiência histórica da mulher na política.

2. Mulher e política: um limiar discursivo

A participação da mulher no espaço político institui o gênero feminino como efeito de uma formação específica de poder. Este é um tema que tem despertado a atenção de vários pesquisadores que voltam seu olhar para o movimento da mulher que transita não apenas no espaço doméstico, mas também no espaço público e político que, de algum modo, ainda não reconhece o gênero feminino como um estatuto de “pertencimento” a esse “lugar de homem”.

Os espaços construídos como genuinamente masculinos são caracteristicamente “estabilizados” e a política certamente é um deles. Isso instiga a se estudarem as relações de poder produzidas pelos efeitos de práticas que traduzem essa presumida estabilidade. A mulher na política designa uma identidade que ultrapassa limiares, uma vez que é um efeito de discursos e de construções sociais e culturais. Significar essa identidade, enquanto objeto de discurso político, reconhecer procedimentos discursivos que lhe são constitutivos e relançar um olhar sobre a subjetividade feminina, a partir de um espaço reservado específica e historicamente ao homem, é o objetivo do recorte desta análise.

Com vistas aos diferentes lugares e discursos que constroem o evento da identidade feminina, observa-se uma pseudo estabilidade ou casualidade do discurso político feminino, uma vez reescrito e ratificado pela mídia. Desse modo, em diferentes configurações, o sujeito emerge, ao longo de sua historicidade conceitual, em uma multiplicidade de concepções teóricas. Se nas primeiras meditações cartesianas, temos o sujeito moderno, centrado em si mesmo, numa dada unicidade, agora se configuram o descentramento e a

fragmentação do sujeito, em meio ao abalo dos alicerces absolutos da racionalidade e à poderosa dinâmica de individualização e de pluralização de nossas sociedades (LIPOVETSKY, 2004).

A mulher, enquanto sujeito interpelado pelos discursos do campo político, se vê frente a uma história dessa posição em estado de instabilidade. Identificar-se é uma premência frente à dispersão dos enunciados políticos que permeiam o discurso feminino e contornam as suas singularidades. Esses enunciados, apesar de obedecerem a certas regularidades, não fogem ao compromisso de denunciar os posicionamentos femininos nos discursos e as correlações e transformações no processo de construção da identidade da mulher política.

Nessa perspectiva, a noção de sujeito tem um relevante papel, pois se sabe que o edifício do poder e a forma como os efeitos de “verdades” vão sendo construídos têm um ponto de ancoragem no sujeito. Os efeitos de sentido de verdade atrelam-se à existência do sujeito para iluminá-lo e dar-lhe beatitude, e é no acesso a essa “verdade” que alguma coisa completa o próprio sujeito e o transfigura (FOUCAULT, 2004a). Esse tipo de raciocínio separa ideologicamente o feminino do masculino, focalizando as conjunções e as disjunções que diferenciam naturalmente o mundo do homem e o da mulher, através das práticas discursivas do poder político. Daí não ser possível entender a identidade feminina sem mergulhar na relação sinuosa entre o discurso e a história, entre o discurso e a subjetividade que também é povoada por outros discursos, à margem dos lugares incertos em que se situam seus sujeitos.

A subjetividade feminina, dessa maneira, se (re)inscreve na identidade da mulher política brasileira e denuncia o trabalho descontínuo que envolve as individualidades na sociedade, a partir de acontecimentos singulares suscitados pelos discursos em geral, provocadores de outros que, em suas movências, no exercício da função enunciativa, fazem emergir as práticas discursivas.

Assim, sem se perder a perspectiva do chão, alça-se um voo sobre os sentidos que permeiam o discurso político feminino. Sabendo-se, pois, da dificuldade que é perseguir sentidos, alude-se à reflexão de Greimas (1975, p.7), quando considera que é extremamente difícil falar do sentido e dizer alguma coisa significativa. Para fazê-lo convenientemente, o único meio seria construir-se uma linguagem que

não significasse nada: “estabelecer-se-ia assim uma distância objetivante que permitiria construir discursos desprovidos de sentido sobre discursos significativos”.

É percorrendo esse dizer greimasiano, que ilustra tarefas e inventos sobre o estudo dos sentidos, que se propõe este trabalho. Se a significação se deixa analisar estruturalmente, visa-se à arquitetura do sentido em um texto da *Revista Isto É*, veiculado em 17 de março de 2007, que, pelo caráter meramente informativo com o qual se substancia, consiste em uma matéria jornalística sobre Manuela D’Ávila, àquela época, deputada federal.

No texto dialoga-se com as indagações sobre quem é a mulher política, qual a sua identidade, o que constrói o seu discurso, como as resistências se apresentam, na tradição ou na inovação, quais os conflitos que circulam nesse discurso, definindo a mulher e atribuindo-lhe prestígio ou desencanto com o poder político. Acrescenta-se a isso as relações de poder que estão na base de toda relação social, em sentidos opostos, porque, ao mesmo tempo em que asseguram a homogeneidade nas regularidades, oportunizam os conflitos gerados pelos sujeitos no momento em que questionam a posição que ocupam no discurso e as relações sociais desiguais (FOUCAULT, 2004b). É nessa trama, que envolve diferenças, lugares e posicionamentos discursivos, que se constituem as identidades.

3. A construção da identidade feminina: um efeito de discurso

As práticas discursivas que envolvem a produção dos discursos sobre mulheres políticas colocam em proximidade as identidades que tomam vez e voz, à medida que os sujeitos são narrados no cenário político. No espaço midiático do discurso político, o sujeito produz e se reproduz, porquanto se constrói sua identidade em um processo que lhe delimita papéis, a partir da relação social que estabelece com os sentidos do espaço político. Esta relação possibilita que se observe o poder em sua diversidade microfísica e reguladora, em que sujeito e discurso político são constitutivos um do outro.

A mídia, ao mobilizar discursos em sua histórica trama narrativa, constitui técnicas de colonização dos sujeitos postos em sua individualidade ou coletividade. Portanto, para se fazer esta análise de discurso, escolheu-se uma matéria da revista *Isto É* sobre a deputada federal do Rio Grande do Sul, Manuela D’Ávila.

TEXTO: A Loira Inteligente

A deputada Manuela D'Ávila, campeã de votos no Rio Grande do Sul, quer ser reconhecida por suas idéias e seus projetos e não pela beleza.

Com blusa bege de malha, saia preta de chita e nenhuma maquiagem, a jovem loura entra no Plenário da Câmara dos Deputados. O presidente da Casa, Arlindo Chinaglia (PT – SP), do alto de seu púlpito, a acompanha com o olhar. Os demais parlamentares, 450 em Plenário, reparam uma energia nova no ar. José Carlos Aleluia (PFL – BA), líder da minoria, olha para trás e diz: “Ah, é a Manuela”.

Valdemar Costa Neto (PR – SP), fama de conquistador, arregala os olhos sem nenhum disfarce. Até Clodovil Hernandez coloca os óculos para melhor reparar. Aos 25 anos, 1m75 de altura, 64 quilos, cerca de 105 centímetros de quadril e 90 de busto, o que lhe confere silhueta da Vênus de Milo, a deputada Manuela D'Ávila, do PC do B gaúcho, de repente virou sensação. “Fui eleita musa do Congresso antes mesmo de tomar posse”, brinca. E qual a sensação de uma deputada ser reconhecida por sua beleza? Diante da pergunta, Manuela dá uma sonora gargalhada. “A sociedade tem um fetiche exagerado pela estética”, diz. “Eu tinha medo que isso distorcesse o impacto das minhas propostas”, confessa. “Mas os colegas já começam a me elogiar pelos meus atos e idéias”. Num Congresso formado por uma maioria de senhores sisudos, num momento em que a juventude torce o nariz para a política, Manuela chama a atenção também pelo que representa e pelo que pensa. Tem convicções ideológicas firmes e idéias claras sobre o que está fazendo em Brasília. Dias atrás, tentaram lhe arrancar uma assinatura para a proposta de projeto de lei que prevê a diminuição da maioridade penal. Botar jovens de 16 anos na cadeia, junto com adultos. “Aos sete anos de idade eu já era contra isso aí”, respondeu Manuela educadamente ao interlocutor, mostrando-se absolutamente irredutível em suas crenças. Mais tarde, já no microfone do plenário, sem a menor inibição, ela lembrou que o jovem brasileiro é a vítima dos criminosos, não o algoz. Não é tão simples se posicionar dessa

forma no momento em que, abalada com a onda de violência que assola o País, a sociedade clama por penas mais severas. “O que resolve é incluir a juventude no crescimento e desenvolvimento do País”, bradou a deputada. E não se trata apenas de discurso. Os primeiros projetos que Manuela pretende apresentar versam exatamente sobre essa inclusão. Ela quer aprovar uma “lei geral de estágios”, estabelecendo regras de contribuição previdenciária, tempo de contratação, jornada, férias, garantia de matrícula escolar e acidentes de trabalho. Os jovens ajudaram a transformar Manuela em um fenômeno de votação no Rio Grande do Sul, onde ela obteve 271,9 mil votos. Durante a campanha eleitoral, ela respondia a até mil e-mails por dia. Ao longo do mandato de vereadora em Porto Alegre fez 300 palestras em escolas públicas. “O fato de ser jovem, de ter idéias, ajudou a me eleger. A beleza não ajudou”, garante.

A deputada vai apresentar uma proposta de emenda à Constituição para igualar a idade de disputa de cargos públicos. “Há critérios morais que pressupõem a falta de capacidade dos mais jovens”, diz. Manuela quer também sugerir a antecipação dos exames de câncer de mama. “A juventude é uma das faixas com incidência de câncer de mama e não há exames”. Fez visitas a 15 países, onde ajudou a dirigir encontros estudantis. Ela, de fato, entende de jovens. Inclusive de suas angústias, incertezas e vaidades. Aos 16 anos, Manuela pesava 100 quilos. “Cheguei a comer um quilo e duzentos e cinqüenta gramas de chocolate em um dia”, diz. As frutas e verduras entraram no cardápio e deram-lhe curvas. Hoje, a deputada brinca com eventuais quilinhos a mais. “Eu digo que estou expandindo território”. A vida nem sempre foi sorrisos. Em maio do ano passado, ela recebeu ameaça de morte. Manuela tinha aprovado leis polêmicas, como uma que cassa o alvará de comerciantes preconceituosos. “Ligaram e me disseram: ‘ou você cala a boca, ou vamos dar um jeito na senhora’”, diz. “A sensação de pavor é muito grande, pois você não sabe se uma pessoa que está te abraçando é a pessoa que pode te dar um tiro” (ISTO É. São Paulo, 7 mar 2007, n.1949, ano 30, p.42-43).

O texto nos permite observar um percurso de ação em que se instaura o destinador, que opera com a construção discursiva a respeito da política e do enunciador do discurso político, que é um papel desempenhado pela deputada. Há uma busca da adesão do locutário/enunciador (deputada) por meio da manipulação, da ordem do poder da mídia, que realiza permissões e interdições no discurso construído. Nas palavras de Barros:

o texto se organiza e produz sentidos, como um objeto de significação, e também se constrói na relação com os demais objetos culturais, pois está inserido em uma sociedade, em um dado momento histórico e é determinado por formações ideológicas específicas (BARROS, 2003, p.188).

Com base no texto *A loira inteligente*, observa-se, a partir do título, a denúncia de dois lugares de estereótipos bem definidos pela sociedade: o lugar da loira, “classificada” como ignorante nos chistes que circulam sobre o cotidiano feminino, e o lugar político, como um lugar, possivelmente, de inteligência e de homem, conforme atesta o trecho: *Num Congresso formado por uma maioria de senhores sisudos*. Do título, pode-se depreender, ainda, que ela é mulher política porque é inteligente ou que ela é inteligente porque é mulher política.

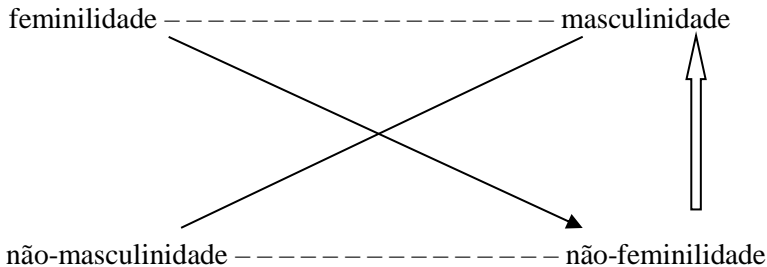
Os procedimentos de análise linguístico-discursiva, seguindo a teoria semiótica francesa, inicialmente, investigam o plano do conteúdo do texto em questão sob a forma do percurso gerativo do sentido. Em uma primeira etapa, examina-se o nível fundamental, para se depreender como o discurso é configurado nessa matéria jornalística. Observa-se, em uma dada organização mínima em que o discurso político feminino se constrói, uma oposição semântica fundamental que pode ser visualizada.

Na análise, para se entender o quadrado semiótico, têm que se considerarem os termos complementares: masculinidade e não-feminilidade, axiologizados como valores disfóricos, e feminilidade e não-masculinidade, como valores eufóricos. O termo “feminilidade” é determinado como eufórico e positivo por seguir a prescrição do discurso midiático sobre a mulher na política: *E qual a sensação de*

uma deputada ser reconhecida por sua beleza? Retomam-se as regularidades da beleza e da aparência física e estas resumem o reconhecimento da mulher na política. Enquanto “masculinidade” é disfórico, pois, apresenta-se a política à mulher de modo ameaçador: *Em maio do ano passado, ela recebeu ameaça de morte. [...] A sensação de pavor é muito grande [...].* Há um efeito de interdição à presença feminina, a política lhe seria imprópria, é um lugar perigoso, lugar para “senhores sisudos” e não para mulheres apavoradas.

Os pólos do quadrado semiótico recebem uma inversão na posição (a dêixis positiva, à esquerda, é a feminilidade). Ao longo da narrativa, o discurso auffera positividade à feminilidade da deputada. O termo feminilidade determina-se como *eufórico* e masculinidade como *disfórico*. Em outras palavras, o discurso sobre “feminilidade” é atraente ao lugar da mulher na política, enquanto a “não-feminilidade” pode ser dispensável a este lugar no texto.

Pode-se, assim, visualizar no quadrado semiótico abaixo um modelo de análise do nível fundamental na narrativa midiática de *A loira inteligente*:



Esse quadrado mantém a oposição entre os termos contrários (feminilidade e masculinidade) e contraditórios (masculinidade x não-masculinidade). Nota-se que a inversão apresentada retrata a postura da revista *Isto É*, ao começar com uma alusão à feminilidade da deputada, descrita em suas medidas e narrada em sua entrada triunfal, marcando no discurso da matéria uma postura eufórica.

No início do texto, a estereotipização da mulher circunscreve-se às características físicas da deputada, à cor de seu cabelo, à sua silhueta e às roupas que está vestindo, como se fossem algo que a distinguisse de

tudo e de todos. Entretanto, o texto segue enfatizando os projetos da deputada, como uma retomada da politização no discurso.

Os termos masculinidade e não-feminilidade mantêm-se como valores disfóricos, por assegurarem à masculinidade o lugar da politização do discurso político e os seus problemas, como se percebem nas seguintes passagens, permeadas pela ênfase dada à presença maciça de homens políticos no Plenário da Câmara do Deputados: *O presidente da Casa, Arlindo Chinaglia (PT – SP), do alto de seu púlpito, a acompanha com o olhar. Os demais parlamentares, 450 em Plenário, reparam uma energia nova no ar. José Carlos Aleluia (PFL – BA), líder da minoria, olha para trás e diz: “Ah, é a Manuela”. Valdemar Costa Neto (PR – SP), fama de conquistador, arregala os olhos sem nenhum disfarce. Até Clodovil Hernandez coloca os óculos para melhor reparar [...]*. Os valores disfóricos seguem apresentados por meio da negatividade do lugar político à mulher. A política seria um lugar inóspito à sua presença: *A vida nem sempre foi sorrisos. Em maio do ano passado, ela recebeu ameaça de morte. Manuela tinha aprovado leis polêmicas, como uma que cassa o alvará de comerciantes preconceituosos*. A retomada das questões políticas soa negativa e repulsivamente a um lugar feminino.

A sensação de euforia condiz com a feminilidade da mulher, com o fato de ser um espetáculo à parte, algo não previsível à política. Enquanto que à disforia correspondem as tensões que o lugar político possibilita, como a ameaça de morte, a polêmica, as resistências e o preconceito: *“Ligaram e me disseram: ‘ou você cala a boca, ou vamos dar um jeito na senhora’”, diz*.

Quanto à narratividade imanente ao discurso político e à sua constituição, temos um programa narrativo (PN) do fazer, em que o poder fazer política e o saber fazer política correspondem à competência do sujeito. O destinador (manipulador) S1, representado pelo enunciador (revista/mídia), busca persuadir o interlocutário/enunciador (S2) a entrar em disjunção com o objeto de valor representado pelo discurso político, transformando-o profusamente em um sujeito feminilizado. Entretanto, ao iniciar a discussão política na matéria, o destinador enuncia: *Manuela chama a atenção também pelo que representa e pelo que pensa*. Realça-se, com isso, o estereótipo de uma posição de subjetividade, ela chama à atenção por pensar.

O texto analisado divide-se a partir do próprio título que enuncia uma mulher loira e inteligente na política. O destinador manipulador (jornalista/revista) reveste-se do poder de construção midiática do discurso, dirigindo-se ao destinatário sujeito (deputada) por meio de uma construção negativa do *pathos* deste locutor/enunciador, enquanto disjunto da política e conjunto com a feminilidade. Apresenta-se na matéria um destinador manipulador que controla o discurso do destinatário manipulado a partir, também, das escolhas discursivas na construção de sua voz.

Repete-se aqui o programa narrativo (PN) do fazer, em que a narratividade imanente ao discurso político e à sua constituição (o poder fazer política e o saber fazer política) são da competência do sujeito. Os enunciados narrativos elementares são constituídos em enunciados de estado – mas imbricam-se em uma relação dinâmica que mobiliza um fazer: (PN1) = F (S1 (interlocutor/enunciador) → (S2 (interlocutário/enunciador) U O (política)) e em enunciados de transformação – relação dinâmica: (PN2) = F (S1 (interlocutor/enunciador) → (S2 (interlocutário/enunciador) U O (discurso político)) → (S2 (interlocutário/enunciador) ∩ O (discurso político)). Nesse texto, temos uma outra instância enunciativa em que o destinador (revista/mídia) busca persuadir o interlocutário/enunciador (S2 – a deputada) a entrar em conjunção com o objeto-valor representado pela feminilidade.

O nível discursivo permite-nos analisar a categoria de pessoa projetada em terceira pessoa do singular – *A deputada Manuela D’Ávila, do PC do B gaúcho [...]*. Com o uso da terceira pessoa, instaura-se um “falar sobre”, um “falar de”. É por esse viés enunciativo que acontece o espetáculo, a construção do espanto, da imprevisibilidade, da surpresa, da visível novidade, efeitos de sentido que se confundem – *Os demais parlamentares, 450 em Plenário, reparam uma energia nova no ar* – e agenciam um controle maior sobre o discurso de um não lugar, o novo que se enuncia “inaugurando” uma nova maneira de a mulher estar no mundo, no mundo da política.

Por meio da voz de Manuela, cria-se um efeito que transita entre a subjetividade e a objetividade no discurso. Instaura-se uma mobilidade entre primeira e terceira pessoa, o que possibilita a alternância entre debreagens enunciativas e enuncivas. O tempo é

apresentado no presente, produzindo um efeito de proximidade na enunciação, e também no passado (antes do presente) que não necessariamente produz um distanciamento da enunciação, por se alternar com o presente – *A deputada [...] de repente virou sensação. “Fui eleita a musa do Congresso antes mesmo de tomar posse”, brinca. A espacialização que aparece no texto apresenta-se como um lá: Num Congresso [...], embora não constitua um distanciamento do espaço da enunciação que é, caracteristicamente, o do Plenário da Câmara dos Deputados.*

O feminino insurge como uma reivindicação da apropriação de si, da evidência do corpo, de uma sexualidade que é estranha à política, ao lugar do homem, ao rosto lavado, à austeridade masculina, ao paletó e à gravata: *Aos 25 anos, 1m75 de altura, 64 quilos, cerca de 105 centímetros de quadril e 90 de busto, o que lhe confere silhueta da Vênus de Milo, a deputada Manuela D’Ávila, do PC do B gaúcho, de repente virou sensação.* A associação à imagem da Vênus de Milo, a famosa estátua grega que representa mitologicamente Afrodite, deusa do amor sexual e da beleza física, constrói um efeito no discurso de “fidelidade à tradição passional do feminino que, no entanto, não é enunciada mais como contraditória com o ser-sujeito, mas como compatível com os valores modernos de soberania individual” (LIPOVETSKY, 2000, p.33).



(Vênus de Milo – Museu do Louvre (Paris – 2007))³

A silhueta da deputada comparada à Vênus de Milo reveste sentidos sobre o corpo da mulher que se traduz concisamente em sexo; e sobre esse corpo discursivizado regulam-se enunciados que dialogam com a presença da mulher na sociedade. A subjetividade

feminina na política é um construto de espaços e tempos que caracterizam representações, pois “as mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas” (PERROT, 2007, p.17), como observamos no excerto: *E qual a sensação de uma deputada ser reconhecida por sua beleza? Diante da pergunta, Manuela dá uma sonora gargalhada. “A sociedade tem um fetiche exagerado pela estética”, diz. “Eu tinha medo que isso distorcesse o impacto das minhas propostas”, confessa. “Mas os colegas já começam a me elogiar pelos meus atos e ideias.* Esse trecho, dentre outros, permite-nos entender que, no percurso da ação, instaura-se o locutor/destinador, que constrói discursivamente a condição política da deputada (o locutário/enunciador) e lhe atribui também a condição de feminilidade, garantindo a adesão discursiva da deputada por meio de uma manipulação exercida capciosamente no discurso.

Conforme os enunciados sobre a mulher vão sendo produzidos, outros efeitos de sentido, em concomitância, são mantidos ou deslocados. Há uma historicidade rememorada na construção enunciativa da deputada: a exploração de suas medidas físicas enuncia uma visibilidade ao corpo. “Por muito tempo fora atribuída a loucura à mulher como o simétrico da violência aos homens: as mulheres são loucas e os homens criminosos. Uma forma de reduzir a mulher a seu corpo” (PERROT, 2007, p.165). Aqui essa visibilidade sobre o corpo não consiste em uma novidade para esse tempo, mas é produto de tempos anteriores, de discursos anteriores que reconduziram a sexualidade da mulher a uma dizibilidade regulamentada pelos sentidos que se podem atribuir ao corpo feminino: *o fato de ser jovem, de ter idéias, ajudou a me eleger. A beleza não ajudou. [...] As frutas e verduras entraram no cardápio e deram-lhe curvas.* No cruzamento desses enunciados, alternam-se a voz de Manuela, politizando e delimitando seu lugar de deputada, e a voz do jornalista que a descreve em suas curvas corpóreas e em seus hábitos alimentares.

O texto se inicia com *A deputada Manuela D’Ávila, campeã de votos no Rio Grande do Sul, quer ser reconhecida por suas ideias e seus projetos e não pela beleza. Com blusa bege de malha, saia preta de chita e nenhuma maquiagem, a jovem loura entra no Plenário da Câmara dos Deputados.* Neste início, prenuncia-se uma despolitização do discurso político que se pretende enunciar. Esse começo representa uma dissimetria entre a mulher política e o homem

político, a partir da “entrada triunfante” da deputada no plenário (um político homem não provocaria tanta visibilidade).

Barthes (1993, p.7), em seus estudos sobre o sistema semiológico, discute as falsas evidências com que a mídia mascara continuamente uma realidade, confundindo, nos relatos da atualidade, natureza e história, e atribuindo, por meio de um “abuso ideológico”, certa obviedade natural àquilo que é puramente histórico. O discurso coloca a deputada em um campo de desníveis, e sua representatividade política é discutida pela mídia por meio de outro viés discursivo, o viés do espetáculo da beleza feminina, naturalizado e sobreposto aos enunciados políticos.

A mídia reconstrói, nesse texto da *Isto É*, a identidade feminina num processo de inserção histórica, mobilizando os diferentes enunciados que controlam as permissões e interdições discursivas. Estas, por sua vez, mobilizam as diferentes imagens do feminino na política, controladas e regularizadas, a partir do que é pouco explorado – os projetos políticos da deputada, seu compromisso de campanha eleitoral, por exemplo – e do que é enunciado – a mulher jovem e bonita na política. Todavia, é preciso entender que a mídia vai incorporando esse “contradiscurso” e tratando de neutralizá-lo em seus efeitos de sentido.

Os temas, concretizados nas figuras escolhidas pelo ato enunciativo, constituem uma vociferação do estereótipo feminino (o corpo, a sexualidade, a beleza, a loira), regulamentando uma historicidade que, por ser controlada, suscita a própria regularidade do discurso. Isso interpela o discurso político e suas representações singularizadas e fronteiriças presentes entre o lugar do feminino e o lugar do masculino. Atestando a existência histórica desse limiar, Perrot (2007, p.151) observa que “de todas as fronteiras, a da política foi, em todos os países, a mais difícil de transpor. Como a política é o centro da decisão e do poder, era considerada o apanágio e o negócio dos homens”.

Assim, não se trata de um simples limiar entre o que é do masculino e o que é do feminino, mas de uma construção histórica e culturalmente alicerçada pelas crenças e valores que contornam o homem e a mulher na sociedade. Ser uma mulher na política, ou ainda, ser uma “mulher política”, parece a antítese da feminilidade, a

negação da sedução, ou ao contrário, parece dever tudo a ela (PERROT, 2007, p.153).

4. Isto É: alguns procedimentos de tematização e de figurativização

O texto analisado pode ser considerado um discurso figurativo pluri-isotópico, em que subjazem as tematizações das figuras que delineiam o universo político feminino.

A feminilidade é a marca que inicia o texto. Em seguida, anunciam-se as questões políticas e as ações da deputada. A tematização se concretiza pelas figuras: blusa, saia, maquiagem, loura, jovem, 25 anos, altura, quadril, busto, curvas, Vênus de Milo, propostas, ideias, entre outras. Há uma ordem lexical nessas palavras que convoca uma memória cultural à prática discursiva. Segundo Greimas:

a palavra, idealmente livre [...] fixa-se e congela-se no uso, fazendo nascer, por redundâncias e amálgamas sucessivos, configurações discursivas e estereótipos lexicais que podem ser interpretados, como outras tantas formas de ‘socialização da linguagem’ (GREIMAS, 1976b, p.51-52).

A figura da mulher política constrói-se como aquela que vê nos objetos estética, beleza, vaidade, um fim em si mesmo. São objetos que, no texto analisado, inevitavelmente entram em conjunção com a mulher política, embora estejam disjuntos da politização do discurso político.

O texto possibilita que se observem, pelo repertório dos elementos que dialogam com sua tematização, os dados de uma realidade sócio-histórica que lhe são, ao mesmo tempo, interiores e exteriores. Exteriores na medida em que não se limitam à reprodução e interiores porque se valem do mesmo código, quer pretendam transgredi-lo ou não (CORTINA, 2004, p.166). Com isso, a revista permite que o leitor construa o seu movimento de interpretação, configurado também por valores ideologicamente definidos e ressignificados pela mídia.

A partir dos investimentos temático-figurativos no discurso analisado, deve-se compreender o *ethos* e o apelo ideológico subjacentes ao texto que buscam, de alguma forma, espelhar os seus

leitores ou a sociedade como um todo. A identidade feminina coloca-se, presumivelmente, nessa reflexão como um efeito das construções enunciativas que são também efeitos do imaginário social. Em uma perspectiva sociológica, Bauman observa que

as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas (BAUMAN, 2005, p.19).

Tanto a tematização e suas relações e dependências, quanto os percursos figurativos são determinados socialmente e veiculados pelo enunciador que, de uma maneira ou de outra, atua segundo o crivo de suas posições ideológicas.

O registro linguístico na revista é formal, mas acessível aos leitores. São características que permitem identificar o *ethos* do enunciador e o *pathos* do enunciatário. A *Isto É* não traz imagens muito coloridas, são mais sóbrias. Os períodos são curtos e a linguagem é objetiva e clara. Seu enunciatário é refletido no/pelo texto e o discurso está em consonância com o *ethos* da revista. A tonalidade, as imagens e as vozes presentes no texto remetem o leitor ao *ethos* construído, segundo as escolhas do enunciador, e à preocupação em ressaltar a feminilidade da mulher política como parte central no texto, criando efeitos de realidade revestidos pela enunciação. Esta, por sua vez, serve-se do poder midiático, autorizado e constitutivo de “verdades” ou de efeitos de veridicção para a teoria semiótica.

É nesse sentido que se observam os atores da enunciação que, na revista em análise, são imagens do enunciador e do enunciatário, constituindo simulacros do autor e do leitor criados pelo texto. São esses simulacros que determinam todas as escolhas enunciativas, sejam elas conscientes ou inconscientes, que produzem os discursos (FIORIN, 2004, p.78). Os elementos trazidos à matéria da *Isto É* fazem pressupor que os seus leitores, em sua maioria, são homens. O *ethos* da *Isto É* apresenta a deputada Manuela como mulher, bem como a jovialidade sedutora que a diferencia dos demais deputados e o fato de essa jovialidade representar o sujeito que ela é.

5. Considerações finais

Ao se procurar entender o processo de subjetivação da mulher na construção enunciativa do discurso político-midiático, compreende-se que o sujeito é o seu objeto, engendrado pelos sentidos que se articulam na unidade textual. Nas palavras de Cortina (2004, p.157), “o sujeito, para quem o enunciador se dirige em seu discurso, é sempre uma categoria linguística, na medida em que é materializável na língua”. Por esse caminho, observou-se o sujeito, tomando-o como lugar de práticas discursivas que servem de campo para a sua construção e existência no discurso.

Sob a forma do percurso gerativo do sentido, analisaram-se aqui enunciados que abordam a relação entre a mulher e o espaço político institucionalizado e, nesse esteio, refletiu-se sobre a presença feminina na política. Greimas (1976a, p.124-125) comenta que “efetivamente, as denominações contidas no texto são determinadas pelas definições que estão presentes nele, e unicamente por elas, de tal modo que o texto constitui um microuniverso semântico fechado em si mesmo”. Por meio de um esquema discursivo de ordem textual, apreenderam-se, na estrutura dos enunciados, relações ou papéis exercidos pela mulher que mobilizam diferentes tipos de discursos constitutivos de uma trama de poder e de subjetivação feminina.

Tentar compreender a produção discursiva que ressignifica a identidade feminina é adentrar, de outro modo e também, em sua não definição, é entender que

numa sociedade que tornou incertas e transitórias as identidades sociais, culturais e sexuais, qualquer tentativa de ‘solidificar’ o que se tornou líquido por meio de uma política de identidade levaria inevitavelmente o pensamento crítico a um beco sem saída (VECCHI, 2005, p.12).

Nada obstante, à luz de uma análise semiótica, foi possível discutir a inserção da mulher na política que traduz o curso de uma longa jornada e, por se enunciar no terreno alheio da mídia, passa sobre veredas e penhascos, forjando identidades e deslocando-as em suas fronteiras de gênero.

Referências bibliográficas

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. (2003). “Estudos do discurso”. In: FIORIN, J. L. (Org.). *Introdução à linguística II: princípios e procedimentos*. São Paulo: Contexto.
- BARTHES, Roland. (1993). *Mitologias*. Tradução de Rita Buongiorno e Pedro de Souza. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand.
- BAUMAN, Zygmunt. (2005). *Identidade*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CORTINA, Arnaldo. (2004). “Semiótica e leitura: os leitores de Harry Potter”. In: CORTINA, A.; MARCHEZAN, Renata C. (Orgs.). *Razões e sensibilidades: semiótica em foco*. Araraquara, SP: Cultura Acadêmica Editora.
- COURTÈS, Joseph. (1979). *Introdução à semiótica narrativa e discursiva*. Tradução de Norma Backes Tasca. Coimbra: Livraria Almedina.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). (2006). *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto.
- FIORIN, José Luiz. (2004a). “O Ethos do enunciatário”. In: CORTINA, Arnaldo; MARCHEZAN, Renata Coelho (Orgs.). *Razões e sensibilidades: a semiótica em foco*. Araraquara, SP: Laboratório Editorial FCL/UNESP.
- _____. (2004b). “O Pathos do enunciatário”. *Alfa. Revista de Linguística*. v.48, n.2. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- FOUCAULT, M. (2004a). *A Hermenêutica do sujeito*. Tradução de Márcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2004b). *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- GREIMAS, Algirdas Julien. (1976a). *Semântica estrutural: pesquisa de método*. Tradução de Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix.
- _____. (1976b). *Sémiotique et sciences sociales*. Paris: Seuil.
- _____. (1975). *Sobre o sentido*. Tradução de Ana Cristina Cruz Cezar et al. Petrópolis: Vozes.
- LIPOVETSKY, Gilles. (2000). *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.

- _____. (2004). *Os tempos hipermodernos*. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.
- PERROT, Michelle. (2007). *Minha história das mulheres*. Tradução de Ângela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto.
- VECCHI, Benedetto. (2005). “Introdução”. In: BAUMAN, Z. *Identidade*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Palavras-chave: semiótica, discurso, mulher política

Keywords: semiotics, discourse, political woman

Notas

* Professora do Departamento de Letras da Universidade Estadual de Goiás. Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP - Araraquara (SP). E-mail: ffpalima@uol.com.br.

¹ Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Outubro/eleicoes-2014-numero-de-deputadas-federais-cresce-13-33-em-relacao-a-2010>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

² Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

³ Disponível em: <<https://www.pariscityvision.com/pt/paris/museus-de-paris/museu-de-louvre/venus-de-milos>>. Acesso em: 20 out. 2017.